Polonia

Estudios
Latinoamericanos

Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos

ISSN 0137-3080

Original title / título original:

A formação do capitalismo dependente do Brasil

Author(s)/ autor(es):

Ladislau Dowbor

Published originally as/ Publicado originalmente en:
Estudios Latinoamericanos, 4 (1978), pp. 53-72

DOI: <https://doi.org/10.36447/Estudios1978.v4.art2>

Estudios Latinoamericanos is a journal published by the Polish Society for Latin American Studies (Polskie Towarzystwo Studiów Latynoamerykanistycznych).

The Polish Society for Latin American Studies is scholarly organization established to facilitate research on Latin America and to encourage and promote scientific and cultural cooperation between Poland and Latin America.

Estudios Latinoamericanos, revista publicada por la Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos (Polskie Towarzystwo Studiów Latynoamerykanistycznych).

Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos es una asociación científica fundada con el fin de desarrollar investigaciones científicas sobre América Latina y participar en la cooperación científica y cultural entre las sociedades de Polonia y América Latina.

A formação do capitalismo dependente do Brasil.

Ladislav Dowbor

O Brasil é dono de uma economia que se desenvolveu com surpreendente dinamismo nos últimos cinquenta anos. A industrialização progrediu rapidamente, os transportes se modernizaram, a produção se diversificou. Apesar de tudo, um facto indiscutível permanece: o essencial das estruturas que caracterizam o subdesenvolvimento brasileiro se mantém.

O paradoxo das economias pobres cujo crescimento económico não leva a um desenvolvimento efectivo conheceu durante longo tempo uma pseudo-solução através das teorias dualistas: Por um lado o sector de forte crescimento era identificado ao capitalismo moderno, funcionando segundo às leis clássicas do desenvolvimento capitalista; por outro lado o sector onde às transformações se atrasavam eram vistas como um mal necessário com o qual o capitalismo deveria conviver. O corte das formações sociais subdesenvolvidas em dois, permitia de dar conta separadamente das duas realidades, e explicar simultaneamente às dificuldades e deformações do desenvolvimento capitalista neste contexto.

É justamente a incapacidade total revelada pelo sector «moderno» ou «capitalista» de romper o contexto «tradicional» que força os economistas a inverter o raciocínio, e a buscar em que medida o capitalismo assegura a recondução das estruturas. tradicionais e impede a sua transformação¹.

¹ Obras básicas neste campo, no que se refere ao Brasil, são os trabalhos de: A. Frank: *Le développement capitaliste du sous-développement au Brésil*, e também *Le capitalisme et le mythe du féodalisme dans l'agriculture brésilienne*; F. H. Cardoso e E. Falleto: *Dependência e desenvolvimento da América Latina*, Rio de Janeiro 1970. As obras de C. Furtado: *A formação económica do Brasil*, e também: *Revolução brasileira*. Ver também as excelentes contribuições de R. M. Marini, C. Tavares, F. Weffort, F. Fernandes, etc.

Esta abordagem do problema implica que se volte sobre uma série de análises, e que se desenvolva a pesquisa sobre as relações entre o modo de produção capitalista e os sectores chamados «pré-capitalistas». Em outros termos, o conjunto dos sectores ditos «tradicionais» ou «pré-capitalistas» serão reexaminados do ponto de vista da sua função económica relativamente ao desenvolvimento capitalista.

Ora, tratando-se de relações entre o sector tradicional e o sector capitalista das formações sociais subdesenvolvidas um aspecto da questão torna-se imediato aparente: é o facto que para além da fraqueza relativa das suas relações dentro da formação social, os dois sectores se vêm poderosamente ligados - seja através do mercado capitalista mundial, seja pelo contróle directo - á economia capitalista desenvolvida.

A nova perspectiva implicava pois que se recolocasse a economia subdesenvolvida no contexto ao qual ela pertence inteira: no quadro do sistema capitalista mundial.

Este enfoque é bem resumido por Pierre Salama: «A realidade internacional não procede por somas de actividades económicas internacionais: existe um processo produtivo mundial do qual às economias nacionais são às componentes. Estruturado e hierarquizado, o sistema produtivo mundial é essencialmente o produto da acumulação mundial do capital. Mas precisamente, a acumulação mundial do capital é a força motriz do desenvolvimento deste sistema produtivo [...]. O processo de acumulação do capital em escala mundial impregna a evolução dos dois polos e realiza dois tipos de desenvolvimento: um que concerne às economias do centro, outro às economias periféricas ou subdesenvolvidas. A expansão industrial difere em mida um dos dois polos ou partes de economia, mundial. A compreensão dos mecanismos do desenvolvimento em cada um deles não pode ser total senão quando percebemos a acumulação como um todo complexo e totalisante»².

Esta abordagem global permite ultrapassar os esquemas dualistas relativos ao subdesenvolvimento. Com efeito, a economia aparece como dual na medida em que examinamos o país isoladamente: logo

² P. Salama: *Le procès du sous-développement*. Paris 1972, p. 8.

que retomamos o conjunto que constitui a sua lógica, o desenvolvimento do capitalismo em nível mundial, percebemos que às relações entre diferentes partes da economia são potentes, mas duplamente camufladas na medida em que passam pelo exterior e em que tomam a forma de mecanismos financeiros frequentemente pouco aparentes.

A teoria dualista constata pois um facto, às diferenças profundas que existem dentro da sociedade subdesenvolvida, mas fixa um campo de análise que impossibilita à priori a explicação destas diferenças. Ora, não se trata de negar o corte, o «isolamento» - para retomar a palavra de Jacques Lambert, autor da análise dualista clássica sobre o Brasil - entre as diversas partes. O dualismo interno é fruto da dinâmica de acumulação e o dualismo não é errado do ponto de vista estatístico, é estéril do ponto de vista teórico na medida em que realiza um corte entre as partes em vez de mostrar o processo histórico que preside à sua diferenciação dentro de um todo mais vasto.

Mas este enfoque global põe também em causa certas análises marxistas tradicionais: com efeito, orientando-se mais em função das técnicas utilizadas e dos aspectos chocantes das relações de produção - às diversas formas de sujeição extraeconómicas - estas análises explicam a diferenciação interna e às contradições do subdesenvolvimento pela existência de sectores pré-capitalistas. Esta abordagem constitui antes de tudo uma transposição das análises relativas à sucessão dos modos de produção nos países hoje desenvolvidos, para às economias subdesenvolvidas, preenchendo assim o atraso de uma teoria específica da formação do subdesenvolvimento por meio de uma transposição de teorias elaboradas para uma realidade diferente³.

A fraqueza deste enfoque aparece hoje de maneira bastante nítida, na medida em que uma análise baseada sobre o estudo da acumulação do capital em escala mundial tende a mostrar os laços profundos entre estes sectores «feudais» ou «pré-capitalistas» e o sistema capitalista mundial que, longe de contestá-los ou eliminá-los, como foi o caso por exemplo na Europa, tende a reproduzi-los.

³ M. Godelier realizou uma crítica radical destas teorias do ponto de vista metodológico, no seu longo prefácio a *Sur les sociétés pré-capitalistes*, Centre d'Etudes et de Recherches Marxistes, Paris 1970

A busca de abordagens teóricas suscetíveis de explicar efectivamente os fenómenos do subdesenvolvimento desembocou assim num problema central: o das relações entre diferentes modos de produção, sobre o pano de fundo da relação global entre centro e periferia e da acumulação em escala mundial.

Com efeito, se tomarmos como ponto de partida dois factos que parecem impôr-se - a) às relações entre os sectores «précapitalistas» e o capitalismo mundial são extremamente profundas; b) a existência destas relações não impede a sobre - vivência nestes sectores dos caracteres «pré-capitalistas» - torna-se necessário buscar a função que a sobrevivência dos sectores «pré-capitalistas» desempenha no sistema capitalista.

Esta busca orienta-se hoje para além da noção de «transição» - conceito chave na análise tradicional na medida em que permitia explicar a coexistência temporária de modos de produção diferentes numa formação social determinada, mas incapaz de dar conta da coexistência estável de modos de produção - para se concentrar sobre a noção de «articulação» de modos de produção diferentes. Duma totalidade em que o modo de produção capitalista permanece dominante⁴.

Este debate foi gradualmente aprofundado. No que concerne o Brasil, os abusos na utilização dos conceitos de «feudalismo» ou «pré-capitalismo» levaram a uma reação simplista na medida em que a totalidade dos fenómenos económicos brasileiros passaram a ser designados como sendo de natureza capitalista. Ora, este enfoque não dava conta de certos fenómenos difíceis de negar: a subsistência e reprodução da sujeição extra-económica, de formas de exploração que não asseguram a reprodução da força do trabalho, a progressão do latifúndio; por outro lado o enfoque «pré-capitalista» não dava conta de fenómenos essenciais como o facto do Brasil ver a totalidade da sua estrutura económica constituída a partir da demanda dos mercados capitalistas da Metrópole: com efeito, a quase totalidade dos grandes produtos - o açúcar, o cacau, o fumo, e mais tarde o algodão, o café e outros produtos dos latifúndios - era

⁴ Ver em particular P. P. Rey: *Les alliances de classe*, Paris 1973, e as discussões de Ch. Bettelheim a este respeito.

comercializada no exterior da economia e às variações da produção e dos investimentos acompanhavam fielmente às cotações nas bolsas do mercado capitalista mundial.

A coexistência destes dois aspectos deslocou recentemente o debate para a importância relativa das esferas da circulação, estas indiscutivelmente capitalistas, e da produção. Ora, na medida em que se dava mais importância a circulação é compreensível que se concluísse o carácter capitalista do modo de produção. Por outro lado, os que punham em relevo às relações de produção como sendo mais «importantes», concluíam a uma sobrevivência do feudalismo como característica fundamental dos sectores atrasados.

A questão não é de «privilegiar» a circulação ou a produção, e será este o nosso ponto de partida. Parece-nos evidente que o modo de acumulação capitalista não pode perpetuar-se privado de circulação ou na ausência da fase da produção. Segue-se que todo debate sobre a importância relativa de um ou de outro constitui um esquecimento do carácter necessário, na produção do capital, da sucessão permanente das fases capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria, todo «privilégio» ficando neste plano desprovido de sentido.

O problema central coloca-se em outro plano: quais são os mecanismos que permitem no quadro de um modo de produção capitalista a imbricação de relações de produção aparentemente pré-capitalistas e de esferas de circulação indiscutivelmente capitalistas, sem que o processo de reprodução alargada do capital se veja perturbado. Em outros termos, e concentramos aí a nossa atenção, tentamos, distinguindo às diferentes fases do ciclo de reprodução do capital (A-M...P...M'-A') no decorrer das grandes etapas da economia brasileira (etapa colonial, etapa neo colonial e transição para a fase actual), compreender como esta contradição se resolveu sucessivamente.

O Brasil constitui uma realidade profundamente específica: enquanto na maioria das outras colónias a metrópole sobrepunha um aparelho de dominação e aparelhos de exploração em estruturas económicas e políticas existentes, no Brasil a fraqueza da civilização indígena obrigou a metrópole a criar uma economia, determinar às suas

funções e orientar a produção a partir do único factor de produção pré-existente, a terra.

Não se trata pois de uma reorientação de actividades locais para às necessidades da metrópole, mas da sua criação. A dualidade característica que encontramos em outros países do Terceiro-Mundo e da América-Latina, é país ausente na época dos primeiros contactos do capitalismo com o Brasil.

Isto é reforçado pelo facto que às riquezas mineiras do Brasil eram desconhecidas, e que em consequência os colonos orientaram-se directamente para às actividades produtivas. Assim é que se a América espanhola passa por uma fase de rapina e de metais preciosos para em seguida fechar-se parcialmente sobre si mesma no sistema de «hacienda», no Brasil a «plantação» constituia «uma unidade económica independente, encarregada de fornecer matérias primas ao consumo externo, ou seja europeu»⁵.

No entanto, justamente na medida em que constatamos no Brasil actual um dualismo de estruturas semelhante ao que existe em outras economias subdesenvolvidas, mas que não pode, neste caso, ser explicado por estruturas pré-existentes, já que é resultado da dinâmica criada do exterior por necessidades capitalistas, o estudo da formação do capitalismo dependente no Brasil pode contribuir a esclarecer às causas da manutenção destas estruturas pré-capitalistas em outras economias, constituindo um objecto teórico particularmente interessante.

A fase portuguesa.

A unidade de produção típica da fase durante a qual o Brasil foi colónia portuguesa (1500-1810) é a «plantação», de açúcar ou de tabaco, gigantesca unidade de produção que exigia um investimento importante e uma mão de obra numerosa e diversificada. Esta unidade de produção, qualificada correctamente por Celso Furtado de «empresa agro-mercantil», constitui um paradoxo: assegura, por meio de relações de produção escravagistas ou em todo caso baseadas em mecanismos de opressão extra-económicos, uma

⁵ S. et B. Stein: *L'héritage colonial de l'Amérique Latine*, Paris 1974, p. 47

produção comercializada na sua quase totalidade no mercado capitalista. Esta estrutura, que resulta da imbricação de elementos que aparentemente deveriam excluir-se, continua fundamentalmente semalteração após quatro séculos de existencia, excluindo pois qualquer análise da associação de elementos de modos de produção no quadro de uma «transição».

A análise que fazemos das relações de circulação por um lado e das relações de produção por outro, leva-nos a sugerir às considerações seguintes: a) do ponto de vista das relações de propriedade, parece bem estabelecido que a formação da empresa agro-mercantil como unidade base da economia brasileira responde às exigencias das relações técnicas de produção (em particular no caso do açúcar) e a própria extra versao econômica, e não a um «modelo feudal» que teria sido importado de Portugal. E interessante constatar que a cultura do algodão, que exige relativamente menos investimentos, facilitou o aparecimento do arrendamento a meias no Brasil como nos Estados Unidos, enquanto que às estruturas mais tarde denunciadas como «deudais» ou «semifeudais» estão sobretudo presentes nas grandes culturas semi-industriais como o açúcar ou o tabaco. No sul do Brasil, bem como no norte dos Estados Unidos, a agricultura adoptou estruturas sensivelmente diferentes.

E preciso constatar também o lago existente entre as relações técnicas de produção e a extravessão: se as primeiras exigem uma produção semi-industrial em grande escala, somente a existencia de possibilidades de escoamento no exterior permite esta escala de produção. Com efeito, na colonia em fase de constituição os mercados internos eram praticamente inexistentes no início e uma actividade em grande escala e introvertida teria sido impossível⁶.

Notemos enfim a ligação entre as relações de propriedade e as relações de exploração. O problema fundamental do ponto de vista dos factores de produção senda o da mão de obra, o monopólio da terra

⁶ Compreende-se pois que a classe dirigente local que emerge, constituída pelos proprietários das grandes unidades agro-mercantis, não tem maiores contradições com a metrópole ao nível das opções econômicas fundamentais (estrutura econômica extravertida desenvolvida em função das necessidades do capitalismo dominante). As contradições ficam no plano de repartição de mais-valia gerada, e não constituem contradições de classes antagónicas; esta constatação, tradução no plano da luta de classes da forma particular que assume a reprodução do capital no capitalismo dependente do Brasil, tem implicações profundas em termos da análise ulterior sobre o carácter de revolução brasileira.

a, através de gigantescos domínios contribuía, como mais tarde o monopólio da propriedade dos bens de produção em geral, a fixar o trabalhador na grande propriedade agro-mercantil, evitando que se estabeleça por conta própria em pequenas ou médias propriedades.

A formação das grandes propriedades, os latifúndios, frequentemente qualificados de feudais, encontra na sua explicação a racionalidade económica da exploração dos factores qual que seja o peso da ideologia feudal trazida pelos conquistadores.

Assim, bem que encontramos relações de propriedade que se assemelham em parte ao que foi conhecido na Europa da Idade Média, não podemos esquecer que a dinâmica da sua criação e da sua reprodução é inversa: trata-se de um produto do capitalismo dominante em desenvolvimento e não de uma base sobre a qual o capitalismo iria se edificar, negando-a.

Do ponto de vista das relações sociais de produção, não há dúvida que a escravidão é a relação de exploração dominante. A racionalidade económica desta relação é aparente: trabalhadores europeus não estariam dispostos a trabalhar em grandes plantações exportadoras do outro lado do oceano, num país onde a terra abundava. Ora, se considerarmos que a mão de obra continuou sendo o factor raro por excelência durante vários séculos, somente a propriedade sobre o próprio homem podia assegurar uma taxa de exploração tão elevada na empresa agro-mercantil, face à extensão de terras virgens disponíveis. Vemos na América aqui complementarem-se uma relação de exploração escravagista e relações de propriedade em parte semelhantes às da Europa da Idade Média, para assegurar a presença da mão de obra nas unidades de produção que respondiam às necessidades da acumulação capitalista. O que às «enclosures» foram ao capitalismo inglês - assegurando a expulsão da mão de obra do campo para abrigá-la nas empresas, - o monopólio da terra e o controle extraeconómico foram no Brasil para as empresas agro-mercantis.

Enquanto durava a falta de mão de obra, assistiremos a um deslocamento gradual das formas de sujeição extra-económica, passando-se da escravidão às diferentes formas patriarcais, ao arrendamento a meias,

ao endividamento perpétuo e tantas outras, sem que a sujeição em si seja abolida ou substituída por mecanismos económicos.

E a base do fenómeno não deve ser procurada em algum passado feudal que para o Brasil seria um pálido e absurdo reflexo tropical do feudalismo português, mas sim na divisão internacional capitalista do trabalho com efeito, se considerarmos que o Brasil se especializa na produção de bens agrícolas para exportação, e que tem factor de produção essencial na agricultura - a terra - é simultaneamente abundante e capaz de nutrir o trabalhador que dela se apropria individualmente, somente o controlo direto da terra e a sujeição extra-económica do hornero são capazes de assegurar, ontem como hoje, a orientação extravertida da agricultura e a sua submissão às exigências da acumulação capitalista das economias dominantes.

Na medida que a razão de existir desta agricultura é a exportação, e que o ciclo completo de reprodução (produção e circulação) obedecem às necessidades da acumulação do capital, parece mais correta dizer que se trata de um modo de produção capitalista, que por ser dependente e, em consequência, submetido a uma dinâmica extravertida, adquire características particulares, que nos levam a falar de modo de produção capitalista dependente.

Salientamos no entanto que nos referimos a um modo de produção capitalista dependente para marcar uma dinâmica particular de acumulação, e não um novo modo de produção: este modo de produção é capitalista mas constitui uma forma auxiliar da dinâmica capitalista externa; trata-se pois de uma forma particular do modo de produção capitalista, forma que definimos pelo seu carácter dependente.

Por outro lado, vemos aqui a possibilidade de ultrapassarmos o diálogo de surdo que opõe os que apontam para a circulação e dizem que o modo de produção é capitalista, e os que mostram as relações de produção e dizem que o modo de produção é pré-capitalista ou em «transição». Com efeito, para além do isolamento artificial de uma ou outra fase, é necessário ver o sentido do ciclo completo da reprodução (as três fases): ora, este conjunto obedece a lógica da acumulação capitalista.

A fase inglesa.

No início do século XIX Portugal invadido pelas tropas de Napoleão sofre um abalo profundo, e a economia brasileira, que desde o tratado de Methuen de 1703 encontrava-se na órbita inglesa - mas por intermédio de Portugal - torna-se simultaneamente independente e diretamente submetida a verdadeira metrópole.

É essencial compreender que a independência do Brasil resulta não da luta levada pelas classes dirigentes brasileiras contra o sistema colonial, mas da queda de Portugal, economia demasiado fraca para gerir a sua colônia, face à potência crescente da Inglaterra em plena industrialização.

A proclamação da independência em 7 de setembro 1822 provoca pois relativamente poucos transtornos, e nenhuma transformação essencial das estruturas internas: confirmava uma nova forma de existência do Brasil dentro do sistema capitalista; refletia o ultrapassamento do capitalismo mercantilista e a decadência da península ibérica bem como o crescimento do capitalismo industrial e da potência da economia inglesa. Não refletia, e isto é fundamental, o aparecimento de atividades económicas e de uma classe dirigente capazes de por em questão a própria relação colonial.

Vemos pois a dependência mudar de forma e sobreviver: enquanto Portugal, economia fraca, não podia assentar o seu papel senão no monopólio colonial, a Inglaterra tinha suficiente potência para contentar-se da dominação económica e financeira.

A imagem geral que fica da comparação entre a fase portuguesa e a fase inglesa caracteriza-se pela continuidade. É certo que inovações técnicas e a importação de equipamento modificaram o nível das forças produtivas, e o sistema escravagista viu-se gradualmente ultrapassando; mas o essencial da orientação permanece:

a) A relação de dependência sofre uma modificação essencial pela transformação da dominação política e militar que caracterizava a fase colonial, em dominação económica e financeira características da relação neo-colonial. No entanto, são ainda as necessidades do capitalismo dominante que determinam em última instância a

orientação da economiabrasileira, e assistímosa um reforço potente da extraversão econômica.

A independência jurídica corresponde país uma iritegração mais acentuada dentro do mercado capitalista mundial, e uma especialização mais marcada na divisão internacional capitalista do trabalho. Ao recuo da dominação política corresponde uma progressão da dominação econômica que permite a manutenção da relação de dependência.

Como a divisão internacional capitalista do trabalho faz-se agora em termos de indústria manufatureira por um lado as atividades primárias por outro, as vantagens que decorrem das economias de escala e dos custos decrescentes característicos da atividade industrial irao aumentar consideravelmente a decalagem entre a economia dominante e a economiadependente, dificultando o desenvolvimento das atividades auto-dinâmicas.

Encontramos aqui a raiz interna da continuação da dinâmica neo-colonial que as pressões externas do «imperialismo» ou a penetração de «agentes» não explicam: trata-se do carácter particular da classe burguesa brasileira, ligada ao modo de produção dependente sobre o qual se constituiu. Explica-se assim que sem presença militar ou ocupação, ou mesmo atritos políticos graves, o país independente se oriente por conta própria para uma estrutura de produção praticamente idêntica a dos países colonizados de outros continentes ou das suas próprias fases precedentes.

b) As relações de produção modificam-se, de certo, mas no sentido de adaptar melhor as unidades de produção ao desenvolvimento das forças produtivas, sem nenhuma reconversão notável que pudesse caracterizar a penetração de um novo modo de produção.

Do ponto de vista das relações de propriedade, constatamos que sob a impulsão de uma dinâmica já inconstestavelmente capitalista, às estruturas coloniais tantas vezes qualificadas de feudais viram-se não negadas mas pelo contrário reforçadas, mantendo-se a forte predominância da grande propriedade latifundiária. A passagem para o ciclo do café, novo produto central motor do desenvolvimento interno, constitui uma confirmação da extraversão econômica.

Do ponto de vista da relação de exploração, constata-se um fenômeno análogo: a rápida progressão das relações escravagistas sob o impulso do capitalismo inglês, em particular no Sul «moderno», tende a reforçar a concepção de não tratar-se de uma articulação de modos de produção diferentes e menos ainda da penetração da «civilização» capitalista num mundo primitivo, mas de uma forma específica do modo de produção capitalista que, por ser extravertido e dependente, reproduz relações de exploração pré-capitalistas. A progressão da escravidão no Sul em pleno século XIX (até 1850) e o aborto da libertação no Nordeste (onde paralelamente os engenhos se transformavam em usinas dotadas de forja mecânica) no fim do século XIX, não podem ser jogados nas costas de algum «resíduo» do passado histórico, e devem encontrar a sua explicação na dinâmica capitalista contemporânea.

Em quatro séculos os dados essenciais do modo de produção resistem e «dirigem» a progressão das forjas produtivas: permitem o crescimento ao mesmo tempo que mantêm a dependência e a extravessão. Estes diferentes dados parecem pois formar um sistema particular, que qualificamos de modo de produção capitalista dependente, mesmo se os diferentes elementos que o compoem apareceram na Europa no quadro de modos de produção diferentes e em épocas diferentes.

Parece ser a manutenção artificial do país em atividades primárias, quando às economias dominantes entravam em fase de industrialização com dinamismo tanto maior quanto se apoiavam nas economias dependentes, que acentuou brutalmente a polarização e constituiu o ponto de partida do subdesenvolvimento moderno. Quando bem mais tarde, as economias dependentes puderam desenvolver elementos de indústria, a decalagem existente permitirá reconstituir o mecanismo de dependência em outro nível.

- c) A passagem à fase neocolonial significa decerto do ponto de vista do sistema capitalista mundial uma descentralização da gestão da economia dependente, a cargo agora da classe dirigente brasileira. No entanto, este poder será exercido dentro de limites muito precisos, fixados pelos interesses da própria classe dirigente local.

Os interesses da classe dirigente brasileira encontram-se delimitados pela profundidade da integração da economia brasileira na economia capitalista mundial: a extravessão econômica ficou gravada nas estruturas da economia e levou a formação de um conjunto caracterizado pela monocultura, pela grande propriedade rural, por relações de exploração pré-capitalistas, pela fraqueza do mercado interno, pela realização através da exportação, pela desintegração no plano interno.

Este conjunto é coerente: a monocultura de exportação em grande escala exige a grande propriedade; a fixação da mão de obra nas propriedades exige relações de produção em que reencontramos a sujeição extra-econômica; o desenvolvimento simultâneo das forças produtivas e das relações de produção pré-capitalistas torna-se possível pela realização do produto fora da economia, através da exportação; ora a monopolização da terra e da mão de obra pelas empresas agro-mercantis freia o desenvolvimento do mercado rural e urbano: em consequência, a produção para a exportação, objetivo final da colônia, torna-se uma necessidade econômica. Chegamos assim à desintegração da economia no plano interno, na própria medida em que a integração se fazia pelo exterior. Como esta desintegração torna difícil a constituição de atividades introvertidas, assiste-se à formação de um círculo vicioso da extravessão.

Promovido à independência pela decadência do seu colonizador, o Brasil será dirigido pela classe que tinha desenvolvido a produção colonial dentro do país, e cujos interesses se viam em consequência ligados à manutenção da orientação precedente. Tentará decerto esta classe racionalizar as suas atividades e aumentar a sua participação nos lucros que resultam da extravessão econômica, mas o conjunto da orientação encontra-se fixado com demasiada solidez na estrutura econômica do país para que ela considere uma opção burguesa nacional.

Transição para a fase americana e multinacional.

Da crise estrutural do fim do século XIX o capitalismo emerge sob a forma imperialista: «O imperialismo é o capitalismo numa etapa do

seu desenvolvimento que leva a dominação dos monopólios e do capitalismo financeiro, ao acréscimo da importância da exportação de capitais, à repartição do mundo entre os trustes internacionais e a conclusão da divisão do globo terrestre pelos grandes países capitalistas»⁷.

Se o consumo dos países ricos e o nível dos preços no mercado mundial tem de a manter a orientação fundamental da economia para a exportação, o desenvolvimento da exportação de capitais e o seu afluxo ao Brasil iria reforçar esta orientação: de uma certa maneira, o imperialismo fornecia ao mesmo tempo os fins e os meios.

A entrada de capital estrangeiro no Brasil tomou basicamente duas formas: por um lado, tratava-se de empréstimos concedidos ao Estado, que por sua vez afetava o grosso destes meios financeiros a trabalhos de infraestrutura da economia exportadora; por outro lado, tratava-se de investimentos das empresas financeiras estrangeiras que se instalavam no país, e concentravam também os seus esforços no desenvolvimento da - infraestrutura da região do café, novo grande produto de exportação.

Assim, no essencial, a passagem do capitalismo para o estágio imperialista não introduzia modificações significativas na economia brasileira - submetida a uma dinâmica imperialista muito antes desta tornar-se dominante nas economias desenvolvidas - senão uma intensificação das relações e da orientação existentes, e que podemos qualificar de modernização da dependência e da extraversão.

Em consequência, às transformações locais - em 13 de maio 1888 a escravidão é abolida e em 15 de novembro 1889 o Brasil torna-se república - se bem que importantes, constituem modificações de superestrutura que atualizam às relações com a metrópole do capitalismo dominante, e não uma revolução decorrente de transformações qualitativas no seio da estrutura econômica do país.

Com afeito, é mais uma vez aparente - já vimos a «pseudoindependência» de 1822 - que a emergência da república e a abolição oficial das formas pré-capitalistas de exploração, símbolos da organização burguesa da economia e da sociedade resultam não da afirmação no Brasil de uma força que exige a revolução industrial,

⁷ W. I. Lenine: *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, Rio de Janeiro 1970, p. 8

mas do declínio da metrópole ligada ao deslocamento do eixo de dominação do capitalismo, desta vez para os Estados Unidos, e da intensificação das relações econômicas que ligam o Brasil ao capitalismo mundial.

Este fato reveste-se de uma importância considerável para a manutenção do carácter dependente da burguesia brasileira. Assim, pela própria dominância das estruturas de produção extravertidas, a substituição dos ingleses no momento da proclamação da república não faz senão colocar brasileiros em funções antes ocupadas pelos ingleses (bancos, finanças, transporte, comunicações). Mas às próprias funções são mantidas. Modernizadas, passarão a servir melhor a extravessão económica do país.

- a) A nova fase caracteriza-se pela modernização da grande cultura do café. Na medida que o café é cultivado no Sul, particularmente no eixo Rio-São Paulo, assiste-se gradualmente, paralelamente a modernização da economia, a concentração de meios em S. Paulo, e a formação de um desequilíbrio regional importante no país.

O eixo Rio-São Paulo, dispondo de um mercado razoável e sobretudo único, de mão de obra imigrada frequentemente já acostumada ao trabalho fabril, de uma infraestrutura moderna e de capitais importantes, constitui pois uma base radicalmente diferente do restante do país, e fornece a indústria nascente economias externas preciosas. No entanto, esta industrialização, formada não como nos Estados Unidos através da ruptura da extravessão económica, mas pelo contrário como atividade complementar e sobre a base desta herança desequilibrada, refletirá todas as distorções deste condicionamento.

Com efeito, na medida que esta industrialização faz-se no quadro da economia de exportação com relações de produção que impedem a formação de um mercado rural - e não no quadro de uma revolução burguesa que pusesse em questão às relações de produção no campo - a indústria vê-se a priori confinada no polo urbano onde se forma o mercado. Por outro lado, a medida que se desenvolve, esta indústria encontrará na miséria do interior do país uma base para a sua acumulação e uma fonte de matérias primas que facilita o seu desenvolvimento, constituindo um tipo de acumulação primitiva

interna. Mas na medida que esta forma de acumulação perpetua relações de produção herdadas das fases precedentes, a indústria ver-se-á trancada no dilema que a caracteriza até os nossos dias: transformar a agricultura para desenvolver o seu mercado, ou manter às estruturas atuais afim de assegurar a super-exploração e o fornecimento de matérias primas, reforcando a acumulação. As determinações do segundo termo revelaram-se mais potentes, e a industrialização viu-se gradualmente levada a reforcar a única demanda solvável existente, o consumo de luxo.

Assim o desequilíbrio regional reencontra-se no plano da estrutura do mercado, e a indústria, vítima do reforço da exploração neo-colonial que torna a sua existencia possível, refletirá este desequilíbrio. Em outras palavras, para compreender a evolução do ciclo de industrialização no Brasil, é necessário compreender que se trata de uma economia dependente extravertida, e não de um «país nao-industrializado», que se industrializa.

Esta forma de industrialização é possível sòmente na medida em que surge como dinâmica secundária da relação com as economias capitalistas dominantes, sem exigir em consequência a ruptura das estruturas herdadas das fases precedentes de dependencia.

b) Uma concepção que predominou durante longo tempo era que às economias capitalistas dominantes se recusariam a industrializar às economias dependentes afim de não se fazer indiretamente concorrência. Esta visão do desenvolvimento dependente teve resultados particularmente graves no plano da análise da luta de classes, já que implicava que a industrialização, historicamente necessária, sòmente poderia fazer-se partindo da afirmação dentro do país subdesenvolvido de uma burguesia nacional anti-imperialista, com a qual o proletariado teria interesses de se aliar.

Na realidade trata-se de uma concepção estática do desenvolvimento industrial; com efeito, a própria indústria se transforma permanentemente, e é demasiado global falar-se em industrialização ou nao. Se os textos constituem um eixo essencial do desenvolvimento industrial ingles no início do século XIX, no fim do século a indústria motora é a indústria pesada e de produção de bens de produção.

Ora, é útil lembrar a constatação de Hirschmann: «Mesmo quando os primeiros países industrializados encontravam-se fundamentalmente na fase de produtos de consumo ligeiro (do ponto de vista da forja de trabalho ou do valor agregado), já produziam os seus próprios bens de capital, mesmo se era por métodos artesanais»⁸.

Não podemos deixar de notar esta complementaridade entre a deformação da estrutura industrial do Brasil e o deslocamento do eixo dinâmico do desenvolvimento industrial europeu para o setor de bens de produção. T. O. Barker nota bem que no início do século XX a economia britânica deslocou a sua luta pelos mercados externos para o setor de bens de produção. Isto implica evidentemente vantagens para a indústria de bens de produção em termos de economia de escala particularmente importantes neste setor. Mas a obtenção destas vantagens implica naturalmente que os países dependentes irão dispar de uma indústria ligeira. Na realidade as perdas resultantes no plano da indústria ligeira serão largamente compensadas pelos ganhos realizados no novo setor dinâmico da economia.

Assim a decalagem tecnológica existente entre os países já industrializados e o Brasil faz com que este não elabore uma estrutura industrial completa, mas ao mesmo tempo complementar relativamente à economia capitalista dominante e especializada em bens que já não constituem o eixo motor do desenvolvimento no capitalismo dominante.

Em outros termos, a industrialização não constitui aqui a raiz de um movimento auto-dinâmico, mas a base de um escalão superior da dependência, no quadro do que chamamos de deslocamento das bases técnicas da dependência.

c) Constatamos pois um duplo movimento no decorrer desta fase: por um lado, o conteúdo da divisão internacional do trabalho desloca-se do intercâmbio de matérias primas por bens de consumo manufaturados, para o intercâmbio de matérias primas por bens de produção. Por outro lado, como a industrialização que daí resulta realiza-se na base da manutenção da extravasão econômica e da

⁸ A. O. Hirschmann: *The Political Economy of Import Substituting Industrialization in Latin America*, «The Quarterly Journal of Economics», Feb. 1968, p. 10.

intensificação da agricultura de exportação, a forma clássica de troca de bens manufaturados por bens primários e parcialmente interiorizada, dando lugar a uma polarização interna e a reprodução de certas relações de produção chocantes mas perfeitamente funcionais no quadro da divisão interna do trabalho.

Assim a reprodução de relações de produção ditas pré-capitalistas no interior da economia brasileira é coerente com a forma de industrialização adotada. Não se pode pois aceitar para o caso brasileiro a concepção de setores estanques, e muito menos de «enclave» moderna. A imbricação geral dos elementos profunda.

No entanto pelo fato de tratar-se de uma economia capitalista que desenvolve a troca interna sobre a base de determinações externas - de uma certa forma o Brasil passa do comércio internacional para o comércio interno, invertendo os modelos tradicionais - esta imbricação toma uma forma particular, caracterizada pela reconstituição, a partir de um polo dominante interno, do intercâmbio clássico (modelo, primário exportador) cujo interesse tende a se reduzir relativamente no plano internacional.

d) O reverso da medalha é que o processo de industrialização parece restringir mais do que alargar o seu próprio espaço de desenvolvimento, já limitado pela herança das fases precedentes e pelos efeitos da industrialização sobre a orientação do setor agrícola extravertido. Dotado de uma fraca capacidade própria de dinamização, e reforçando para além disto a polarização interna e a orientação da agricultura, este processo não levou às transformações esperadas, e compreende-se o espanto de Hirschmann: «O fato da industrialização baseada na substituição de importações poder acomodar-se com relativa facilidade no meio político e social existente é provavelmente responsável pela decepção generalizada com o processo. Esperava-se da industrialização que ela mudasse a ordem social, e tudo o que ela fez foi fornecer manufaturas».

Para além da questão mal posta sobre o caráter industrializante ou não do imperialismo, vemos pois que este contribui por uma parte a manter dentro do país uma estrutura que não favorece nem a integração econômica nem a passagem à industrialização auto-dinâmica, mas fornece por outro lado os meios desta industrialização,

em particular na quinária, tecnologia, etc. A forma particular, desequilibrada e dependente, desta estrutura industrial de corre justamente desta dupla determinação.

Simultâneamente tornado possível e deformado pela dinamica das economias dominantes, este processo de industrialização não é bloqueado, mas encontra-se orientado num sentido que reproduz as polarizações fundamentais da sociedade brasileira e o impede de responder às necessidades fundamentais da população.

E o processo histórico que constitui toda a diferença entre o crescimento econômico e o desenvolvimento.